



KnoWhy #615

setembro 9, 2021



Quais são os “princípios justos e santos” da Constituição dos Estados Unidos?

“De acordo com as leis e a constituição do povo, que permiti fossem estabelecidas e que devem ser mantidas para os direitos e a proteção de toda carne, segundo princípios justos e santos.”

Doutrina e Convênios 101:77

O conhecimento

Em dezembro de 1833, os santos enfrentaram terrível perseguição no estado do Missouri, inclusive sendo expulsos de suas casas no condado de Jackson. Em uma revelação dada a Joseph Smith nesta ocasião, o Senhor incentivou os santos a "obter indenização e redenção" de acordo com "as leis e a constituição do povo", que o Senhor disse ter permitido "que fossem estabelecidas e que devem ser

mantidas para os direitos e proteção de toda a carne, segundo princípios justos e santos". (D&C 101:77) Em 1830, os Estados Unidos ainda era uma nação jovem e as implicações legais da interpretação da Constituição ainda estavam sendo exploradas, desenvolvidas e testadas. O que significava, naquela época, a Constituição dos Estados Unidos ter "princípios justos e santos"? O especialista jurídico

John W. Welch explicou: "Embora Joseph Smith nunca tenha definido expressamente ao que a palavra 'princípios' se refere, parece que o Preâmbulo da Constituição encapsula o entendimento conceitual e prático de Joseph sobre o termo."¹

O Preâmbulo é a declaração inicial da Constituição. Ele estabelece, a título, os propósitos específicos sobre os quais a Constituição foi ratificada. Conhecidamente, declara:

Nós, o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, e garantir para nós e para os nossos descendentes os benefícios da Liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.

Atualmente, no direito constitucional dos Estados Unidos, o Preâmbulo é frequentemente considerado de pouca consequência legal.² No entanto, na época de Joseph Smith, o Preâmbulo ocupava um lugar proeminente para os americanos e seus princípios eram considerados legalmente vinculativos.³ De acordo com Welch, "no Preâmbulo estão os títulos de sete princípios-chave" e "muitos dos ensinamentos de Joseph Smith estão de acordo com estes sete princípios".⁴ (Na verdade, a publicação de 1844, que serviu como o principal material da campanha de Joseph Smith à presidência dos Estados Unidos, citava o Preâmbulo completo em sua página inicial). Os sete princípios são:

1. "Nós, o Povo": Em sua campanha presidencial de 1844, Joseph Smith ensinou que "o poder de governar reside com o povo".⁵ Recentemente, o Presidente Dallin H. Oaks, um apóstolo do Senhor e advogado experiente, declarou que um dos princípios inspirados da Constituição dos Estados Unidos é que "a fonte do poder governamental é o povo".⁶
2. "Para formar uma união mais perfeita": Joseph Smith ensinou que "unidade é poder" e aspirou "transcender disputas partidárias e a política setorial".⁷ Ele considerava a dissensão, a disputa e a divisão prejudiciais (ver 3 Néfi 11:22), levava a sério o mandamento divino de "ser um"⁸, e

acreditava que a força está na união.⁹ Foi sob este mandamento que Abraham Lincoln lutou na Guerra Civil: para preservar e aperfeiçoar essa União.

3. "Estabelecer a justiça." Como Welch declarou: "Lei, justiça e liberdade eram pedidos constantes de Joseph [...] Estava sempre pronto para invocar o direito de recorrer à Constituição para estabelecer a justiça e proteger os direitos".¹⁰ Ele outorgava aos governos o direito de "estabelecer leis que, a seu ver, fossem mais adequadas para assegurar os interesses públicos; contudo, ainda conservando sagrada a liberdade de consciência" (D&C 134:5).
4. "Assegurar a tranquilidade interna": Sem dúvida, devido à severa perseguição que ele e os santos sofreram, Joseph sentia que embora essa fosse uma das "nobres disposições" da Constituição, o governo "não foi havia feito o suficiente" para realmente "assegurar a tranquilidade interna".¹¹ Ele acreditava que o governo precisava fazer mais para prevenir a violência, proteger a liberdade religiosa e a liberdade individual dos cidadãos dos Estados Unidos, exigindo simultaneamente que tais "opiniões religiosas não incentivassem motins nem conspirações" (D&C 134:7).
5. "Garantir a defesa comum": Joseph acreditava que a lei deveria proteger e defender aos santos e a todos os cidadãos das injustiças e abusos infligidos sobre eles (D&C 134:11) e "sentia fortemente que o governo não havia defendido os santos em Ohio e no Missouri." ¹²
6. "Promover o bem-estar geral": Welch observa que "Joseph falou com firmeza a favor do bem-estar geral e da liberdade, que deveria ser estendido a todos, especialmente às questões de fé [...] [Ele] desejava que todas as pessoas, não apenas os santos, desfrutassem da bênção de seu bem-estar ser protegido pela lei".¹³ Na verdade, Joseph acreditava que Deus considera governantes e legisladores "responsáveis [...] tanto pela elaboração das leis quanto sua execução, para o bem e segurança da sociedade" (D&C 134:1).
7. "Assegurar as bênçãos da Liberdade a nós e a nossa posteridade": Joseph defendeu as bênçãos da vida, da liberdade e da

propriedade para o benefício das gerações futuras" (ver D&C 123:11)¹⁴, e acreditava que "nenhum governo pode existir em paz" a menos que "a não ser que tais leis sejam feitas e mantidas invioladas, de modo a garantir a todo indivíduo o livre exercício de consciência, o direito e domínio de propriedade e a proteção da vida" (D&C 134:2).

Welch comentou: "Estes princípios eram tão religiosos quanto legais [...] Estes ideais básicos fundamentaram a visão constitucional e política do Profeta, tanto quanto atuaram em seus objetivos religiosos no estabelecimento da Igreja e construção da Sião."¹⁵

O porquê

Atualmente, constatamos que os princípios originalmente estabelecidos no Preâmbulo da Constituição são "justos e santos". Estes princípios ainda são aprovados por Deus, pela revelação, pela razão, pelas Escrituras e pelo senso comum.

O Presidente Dallin H. Oaks proclamou recentemente: "Vejo inspiração divina no propósito geral da constituição como um todo. Devemos ser governados pela *lei* e não por *indivíduos*, e nossa lealdade é para com a *Constituição* e seus princípios e processos, não para com nenhum *ocupante de cargo público*."¹⁶ No entanto, o presidente Oaks acrescentou: "Nossa crença de que a Constituição dos Estados Unidos foi divinamente inspirada não significa que a revelação divina ditou cada palavra e frase".¹⁷ Também lembrou: "Apesar de os princípios da Constituição dos Estados Unidos terem sido divinamente inspirados, quando foram exercidos por seres mortais imperfeitos, seus propósitos nem sempre foram alcançados."¹⁸

Os primeiros santos sentiram na pele as maneiras pelas quais os "efeitos desejados" da Constituição não foram alcançados em seus dias, e tais deficiências ainda aparecem em nossos dias. No entanto, embora existam imperfeições na aplicação e interpretação das leis da Constituição dos Estados Unidos, as pessoas ao redor do mundo podem apoiar e defender os princípios e ideais articulados em seu Preâmbulo: (1) Governo formado por e para o povo, (2) União, (3) Justiça, (4) Tranquilidade, (5) Defesa comum, (6) Bem-estar geral de todos os cidadãos e (7) Cultivar as bênçãos da liberdade para todos os povos, tanto no presente como nas gerações vindouras. Com base nesses princípios, o Presidente Oaks exortou:

"Nossa crença na inspiração divina dá aos santos dos últimos dias a especial responsabilidade de apoiar e defender a Constituição dos Estados Unidos e os princípios do constitucionalismo, onde quer que vivamos [...] Devemos aprender e defender princípios *inspirados* da Constituição. Devemos procurar e apoiar pessoas sábias e boas que vão apoiar esses princípios em suas ações públicas. Devemos ser cidadãos

bem-informados; ativos em fazer com que nossa influência seja sentida nas questões cívicas."¹⁹

Leitura Complementar

Presidente Dallin H. Oaks, "Defender a constituição inspirada por Deus", Conferência Geral, abril de 2021, disponível em churchofJesusChrist.org.

John W. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", em *Sustaining the Law: Joseph Smith's Legal Encounters*, ed. Gordon A. Madsen, Jeffrey N. Walker e John W. Welch (Provo, UT: BYU Studies, 2014), pp.1–38.



© Central do Livro de Mórmon, 2021

Notas de rodapé

1. John W. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", em *Sustaining the Law: Joseph Smith's Legal Encounters*, ed. Gordon A. Madsen, Jeffrey N. Walker e John W. Welch (Provo, UT: BYU Studies, 2014), p.8.
2. John W. Welch and James A. Heilpern, "Recovering Our Forgotten Preamble", *Southern California Law Review* 91, no. 6 (2018): pp.1021–1137.
3. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", pp.14–18.
4. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.9.
5. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", pp.9–10.
6. Presidente Dallin H. Oaks, "Defender a constituição inspirada por Deus", Conferência Geral, abril de 2021, disponível em churchofJesusChrist.org.
7. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.11.
8. ver 3 Néfi 19:29; D&C 38:27; 42:36.
9. Ver Welch, "Joseph Smith and the Constitution", pp.10–12.
10. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.12.
11. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.12.
12. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.13.

13. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.13.
14. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.14.
15. Welch, "Joseph Smith and the Constitution", p.9.
16. Oaks, "Defender a constituição inspirada por Deus".
17. Oaks, "Defender a constituição inspirada por Deus".
18. Oaks, "Defender a constituição inspirada por Deus".
19. Oaks, "Defender a constituição inspirada por Deus".